

O GOLPE DE 1964: UM GOLPE CONTRA EROS

THE 1964 COUP: A COUP AGAINST EROS

EL GOLPE DE 1964: UN GOLPE CONTRA EROS

Heliete Karam¹

Resumo: Este testemunho concerne ao impacto do golpe civil-militar de 1964 sobre a subjetividade dos trabalhadores e considera que, a partir daí a violência psicológica no trabalho (campo privilegiado de experimentação das novas formas de dominação) vem sofrendo metamorfoses de alcance cada vez mais nocivo por meio de modelos de gestão cujo foco é a dessubjetivação dos trabalhadores em nome da “produtividade”. Entre os dois casos clínicos apresentados, há uma distância de 36 anos que nos permite constatar o agravamento vertiginoso dos riscos dessa violência no trabalho para a psique humana e a pólis.

Palavras-chave: Golpe de Estado de 1964. Trabalho. Subjetividade. Violência psicológica. Dessubjetivação.

Abstract: This testimony deals with the impact of the 1964 civil-military coup on the subjectivity of workers and considers that, since then, psychological violence at work (a privileged field for experimenting with new forms of domination) has undergone metamorphoses of increasingly harmful scope through management models whose focus is the desubjectivization of workers in the name of “productivity”. Between the two clinical cases presented, there is a gap of 36 years that allows us to see the vertiginous worsening of the risks of this violence at work for the human psyche and the polis.

Keywords: 1964 coup d'état. Work. Subjectivity. Psychological violence. Desubjectivation.

Resumen: Este testimonio se refiere al impacto del golpe cívico-militar de 1964 en la subjetividad de los trabajadores y considera que, desde entonces, la violencia psicológica en el trabajo (campo privilegiado de experimentación de nuevas formas de dominación) ha sufrido metamorfosis cada vez más nocivas a través de modelos de gestión centrados en la desubjetivación de los trabajadores en nombre de la "productividad". Entre los dos casos clínicos presentados hay un intervalo de 36 años que permite constatar la vertiginosa agravación de los riesgos de esta violencia en el trabajo para la psique humana y la pólis.

Palabras clave: Golpe de 1964. Trabajo. Subjetividad. Violencia psicológica. Desubjetivación.

¹ Assistente social psiquiátrica, mestre e doutora em psicologia clínica, membro ativo da Associação Internacional dos Especialistas em Psicodinâmica do Trabalho e integra o Coletivo Testemunho e Ação da Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Porto Alegre). Exerce a clínica do trabalho junto às instituições públicas brasileiras. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9865-490>. E-mail: helietemaria@gmail.com

MEU TESTEMUNHO

O que tenho a dizer é hoje menos sobre mim do que a partir de mim. Agora, numa outra fase da vida, ocupo-me em escrever o que testemunhei com a clínica que denomino *clínica do psicopolítico* e cujo foco é o sofrimento psíquico quando ele decorre do aviltamento do trabalho, ou seja, quando o trabalho deixa de ser fonte de realização pessoal e dignificação da vida para ser campo de experimentação do que Abelhauser, Gori e Sauret (2011) chamam de *as novas fábricas de servidão* e seus objetivos – e não me refiro apenas à gestão nos ambientes físicos de trabalho, mas a toda uma lógica produtiva que hoje aprisiona o espírito: uma nova forma de tortura acrescentada às já existentes e que, pouco a pouco, fragiliza a potência do tecido social na medida em que isola e neutraliza politicamente sujeito a sujeito ao tentar mecanizá-los.

Sem abandonar a clínica, desde o golpe de 2016, e particularmente a partir de 2018, passei a resuscitar as “minhas” vozes, as vozes que me confiaram o seu sofrimento ao longo de quatro décadas. **Quero trazê-las para o âmbito da psicanálise**, inclusive com as anotações e escritas clínicas já publicadas, **pois a estratégia central, eixo das novas formas de dominação, é o ataque à psique**. Busco dar visibilidade a esse horror ao transmitir minhas reflexões na perspectiva ética de um testemunho² do futuro, quase ficção científica.

O que isso tem a ver com o golpe civil-militar de 1964? O golpe encontra-se na esteira de uma sequência de acontecimentos que não se limitam ao período da ditadura dele decorrente e suas atrocidades. Além dos estragos feitos, ele abriu uma enorme fenda no tecido das relações humanas cuja restauração nos impõe um grande desafio; autorizou a morte e a tortura, inibiu o pensamento crítico e semeou o campo para a emergência do governo 2018-2022 – uma espécie de relançamento da mesma ideia de poder, revitalizada. Em outras palavras, o aparato militar, apoiado por grande parte da elite civil, atrelado aos ditames da política internacional hegemônica hoje decadente e assustada com a emergência do mundo multipolar, não ficou inerte após a reinstalação da democracia, aliás, sempre frágil. Em mais um golpe, este estratégico, o aparato militar apenas se retirou aparentemente de cena para se relançar mais adiante; mas deixou os modelos operacionais das instituições impregnados daquele ranço encardido das fardas e mentes violentadoras.

Desde os anos 70, graças à bravura da Livraria Palmarinca, em Porto Alegre, comecei a adquirir livros cuja venda era proibida. Intuitivamente eu rastreava as estratégias de dominação dos poderes abusivos, anteriores ao golpe de 1964, buscando compreendê-lo num cenário mais amplo. Como se sabe, o golpe não foi uma casualidade, mas, na linguagem do cotidiano, algo “de caso pensado”. Por quê? Para quê? As explicações mais objetivas não me convencem plenamente. Por isto busco fontes diversas e fiz do meu trabalho uma forma de militância em prol do *direito e dever de sermos humanos* – a começar pela restituição da palavra como dispositivo de reconstrução dos coletivos. Mas como explicar em poucas linhas essa defesa do óbvio?

O humano, nossa condição de humanos, está em risco – razão pela qual alinho minhas ações às da associação *L'appel des appels*, criada pelo psicanalista Roland Gori, autor de *La dignité de penser* (2011), cujo empenho comum dos participantes de diferentes áreas do conhecimento é o de resistir à destruição do laço social e recolocar o humano no centro da sociedade.

O que considero o humano? Sem me aprofundar, o nosso segundo corpo, o corpo erógeno capaz de simbolizar, sonhar, desejar, fantasiar, afetar e ser afetado pelo outro, sorrir, errar, chorar, ser sensível e solidário, cooperar e, entre outras potencialidades, pensar por si, usar e aperfeiçoar a mais avançada das tecnologias já criadas: a palavra. Garantir a circulação

² Inspiro-me aqui na noção de *ética do testemunho*, do filósofo Paul Ricœur (1955), no sentido de que sou responsável por aquilo que testemunho.

da palavra significa lutar contra “a morte do humano” (ABELHAUSER; GORI; SAURET, 2011, p. 15). Para salvarmos a vida, falemos dessa morte ou processo de *dessubjetivação*³ em curso que, ao separar do gesto a palavra, faz do humano um mecanismo.

As novas formas de dominação não se limitam mais à força bruta, como aquela que, ao torturar fisicamente, aleijou as mãos de uma trabalhadora para impedi-la de datilografar, pois era pela escrita que ela agia politicamente. Desde que a escutei em 1985, já na época da Anistia, nunca mais esqueci o que me disse: “Eles são muito ignorantes. Não é com as mãos que eu escrevo”. Hoje, as tais novas formas de dominação vêm se metamorfoseando por meio de projetos muito mais elaborados, projetos que operam técnica e ideologicamente uma cisão entre corpo biológico e corpo erógeno. Por meio da manipulação das subjetividades⁴ mecaniza-se o vivo em nome da produtividade, do lucro e sabe-se lá mais do quê. Hoje “eles” investem na subjugação das mentes e modelagem das almas. “Eles” já sabem que não é com as mãos que escrevemos.

Por estar inteiramente voltada, então, a este trabalho de tentar escrever um “testemunho do futuro”, vou dar aqui dois breves exemplos, adiantando que o ataque à palavra é ferramenta adotada para a desestabilização e dissolução dos coletivos – só que, hoje, ao invés do silenciamento (Ato I, a seguir), há excesso e desqualificação da palavra (Ato II) por parte de um sistema que não mostra seu rosto. Quero compartilhar trechos dessas tentativas de dissolução do sujeito, assinalando que, entre esses dois atos, há uma distância de 36 anos:

ATO I, 1979: em abril fui admitida na indústria petroquímica. Logo percebi as sequelas do golpe de 1964 no Brasil (vou deixar de lado o combo de golpes na América do Sul). Os trabalhadores evitavam me ligar e ir à minha sala porque suspeitavam que o meu telefone estivesse grampeado, que eu poderia ser informante e que havia microfones escondidos na sala. Quando tentei desfazer essa ideia em um contingente politizado de mil empregados e seus familiares, um deles me perguntou: “E como a senhora pode saber se também é ou não vigiada?” A seguir, de vez em quando, um ou outro, ao passar por mim na área de produção ou na área administrativa, aproveitava a oportunidade para me dar sempre o mesmo recado, pronunciado em voz baixa e sem me olhar: “A gente não pode falar”. Depois de 12 anos comecei a escrever uma tese de doutorado, sob a orientação do psicanalista Christophe Dejours (professor pesquisador dessa articulação entre trabalho psíquico e trabalho produção), na qual demonstro que: a) “a gente” substituíra o “eu” e o “nós”, uma espécie de dissolução da palavra na primeira pessoa do singular e na primeira pessoa do plural; uma defesa no indiferenciado diante da ameaça concreta da vida; b) “a gente não pode falar”, inicialmente entendido como “estamos impedidos de falar”, podia, também, significar: “a gente se protege silenciando”; c) e, a seguir, na medida em que fui desfazendo a desconfiança por meio da restauração da confiança, descobri que, devido à inibição da palavra como política de Estado, “a gente *não pode* falar” significava “a gente não sabe mais falar; a gente não sabe mais como fazer para falar [uns com os outros]”. Uma *potência* estava ameaçada. Meu trabalho foi reconstituir a palavra e os coletivos – não sem ter sofrido, nesse percurso, injúrias, calúnias, difamações e outras formas de violência explícita ou velada, além de ter tido arquivos de trabalho vasculhados e recebido bilhetes e telefonemas anônimos.

Então, desaprendemos a falar uns com os outros e, na sequência, aos poucos, começa a entrar em cena a comunicação virtual de resultados imediatos, unidirecional. Para isso, é

³ A ideia de *dessubjetivação* encontra-se em diferentes autores, mas, de um jeito particular, em *L'Excès-l'usine* (KAPLAN, 1994).

⁴ Entendo por *subjetividade* as fantasias, a imaginação, a criatividade, o desejo do sujeito e toda a sua afetividade até o nível das pulsões, mas, também, toda a gama de valores próprios a cada sujeito – componente axiológica que não se pode deixar de lado, conforme esclareço em *Psicodinâmica do trabalho: contribuição ao método* (2023) e em “O subsolo ou da precarização das subjetividades como ferramenta da precarização do trabalho” (2021).

preciso que essa modalidade de comunicação seja higienizada, sem corpo, sem cheiro, sem toque, sem olhar, sem escuta e, portanto, sem pontos de interrogação – *sem dúvidas*. Vejamos:

ATO II, 2014-2015: fui chamada por um grupo de servidores públicos para escutá-los. Agora, as pessoas falavam demais e todas ao mesmo tempo: queixas, muitas queixas, muito ruído, movimentação, interrupções. Não vou descrever o meu processo de trabalho, pois ele consta dos meus dois livros: *Da alcoolização ao verbo: ensaio de psicodinâmica do trabalho* (KARAM, 2010); e *Psicodinâmica do trabalho: contribuição ao método* (KARAM, 2023). Relato apenas uma passagem: o vômito. O excesso de palavras era uma defesa para acobertar o sofrimento por detrás das queixas, mas, na medida em que, coletiva e cooperativamente, tentávamos restaurar a palavra, aproximávamo-nos do núcleo do sofrimento. Traduzindo: uma vez feita “a travessia das queixas”, como elabora um dos participantes, os sujeitos começaram, então, a falar o circuito físico do sofrimento psíquico e os sintomas de dessubjetivação – sintomas que denomino *sintomas psicopolíticos*. É neste cenário que uma participante se expressa a respeito do seu cotidiano: sobrecarga de processos a ler; informações a pesquisar, confirmar e digitar; cobrança dos superiores por produtividade, prazos e metas impossíveis de serem cumpridos; aceleração e sobrecarga emocional desencadeada pelos conteúdos dos processos trabalhistas; “não posso errar [continua a servidora], tenho que focar o pensamento num ponto só e quando estou conseguindo elaborar uma frase, vêm ordens de cima para dar prioridade a outro processo ou adular uma verdade [o que desencadeia o “sofrimento ético” da “raiva de si” (DEJOURS, 2015, p. 44), cumulativa e não elaborada, gerada pelo sentimento de “traição de si” (DEJOURS, 2015, p. 43),⁵ traição aos seus valores]; o pensamento é interrompido, fica todo fragmentado, sem falar nas grosserias que escuto, pois está todo mundo estressado, não se sabe mais para quem se trabalha, o sistema não tem rosto, sinto no corpo esse excesso, corro para o banheiro, vomito, é um alívio, volto à bancada de trabalho e ao computador. Tenho 35 anos... [o que posso ainda esperar da vida?]. Se, no primeiro exemplo, embora silenciados, os coletivos ainda estavam vivos e foi possível restaurar os laços sociais, neste segundo exemplo não há mais coletivos. Como os próprios participantes das reuniões verbalizaram, sentindo-se isolados, estressados pelo sono cumulativamente interrompido, esgotados e esvaziados da capacidade de desejar, sonhar e ter projetos e a atividade fantasmática curto-circuitada, “as coisas [então] não dão mais liga”. Em relação aos Atos I e II, temos dois tipos de silenciamento: o primeiro, estratégico, forte, defensivo, mas esperançoso; o segundo, defensivo também, mas, se esperança há, ela está por um fio.

A distância de 36 anos entre um ato e outro não se constitui de um vácuo. Uma ponta está conectada à outra e, entre os dois tempos, há algo da ordem do não dito (adicto – *a*, partícula de negação) que não aparece muito bem, um tipo de névoa que aos poucos se desfaz; mas, voltando à palavra, lembro que, para o psicanalista Hélio Pellegrino (1988), o golpe de 1964, com as suas perseguições, prisões, torturas e demais atrocidades que conhecemos, foi um golpe contra o trabalho (parceria entre trabalho produção e trabalho psíquico)⁶ porque foi um golpe contra a palavra; e é com ela que efetiva e afetivamente se trabalha. A palavra aprendeu a se autocensurar e o medo, que fora guindado à ferramenta de gestão nos anos de chumbo, hoje continua, mas não mais na linha de frente. O medo, agora, é o medo do outro,

⁵ Estas duas expressões também constam em Dejours e Bègue, *Suicídio e trabalho: o que fazer?* publicado na França em 2009 e, no Brasil, em 2010.

⁶ Para a psicodinâmica do trabalho, o sujeito continua a sua construção na articulação do trabalho-produção com o trabalho psíquico (o *psychische Arbeit* da metapsicologia freudiana) em todas as suas formas (trabalho do pensamento, trabalho da memória, trabalho do sonho, trabalho da cultura, trabalho do luto, exigência de trabalho, perlaboração, elaboração etc.), pois “trabalhar não é só produzir, mas, também, transformar a si mesmo” (DEJOURS, 2009, p. 62). Por meio do trabalho produzimos nossa existência. Ao transformar a matéria, seja ela uma pedra, a farinha, um procedimento cirúrgico, um processo judicial ou uma criação computadorizada, o sujeito se transforma porque, para realizar tais feitos de forma efetiva, ele implica toda a sua subjetividade, sua erogeneidade. Sublimação pela via do *trabalhar*.

meu concorrente, aquele com quem não posso mais contar, sequer contar minhas histórias. Aos poucos, dissimuladamente, aquele medo anterior, palpável, semeou a desertificação da vida, o enfraquecimento da vontade individual e coletiva e a acrasia ou indiferença pela política.

Em vez de o trabalho ser fonte de realização pessoal, há muito se tornou campo de experimentação para a criação de um protótipo humano insone, mecanizado, produtivo e consumidor. É oportuno lembrar que “[...] as novas formas de dominação na *polis* foram, inicialmente, testadas no mundo do trabalho” (DEJOURS, 2009, p. 10-11) e a coisa não termina, mas começa aí. Jonathan Crary, em *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono* (2016), considera que o sono se tornou a última fronteira de liberdade da espécie humana. Não se trata mais de ficção científica, mas de um projeto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos em parceria com vários pesquisadores de diferentes universidades. Por iniciativa da Darpa (Defense Advanced Research Projects Agency) – divisão de pesquisas avançadas do Pentágono –, vários laboratórios da indústria farmacêutica, com recursos do governo, realizam experimentos sobre a privação do sono. Com base na migração de certos pássaros, em particular o pardal de coroa branca, a ideia é descobrir, a exemplo deste pássaro, como as pessoas poderiam, ao mesmo tempo, ser privadas de sono e funcionar de maneira produtiva. Começa-se pela criação do soldado capaz de não dormir como precursor do trabalhador e do consumidor insones. Este soldado em fabricação seria igualmente capaz de não sentir medo, e isto é apenas uma parte do projeto que tem a chancela de renomadas universidades, conforme relata Jonathan Crary, professor de arte moderna e teoria na Universidade de Columbia (Estados Unidos) desde 1989.

O golpe de 1964 no Brasil, num contexto geopolítico mais amplo, causou os estragos que causou e ainda abriu o caminho para a emergência de uma nova forma de dominação e tortura local: o sucateamento das subjetividades para reduzir o humano a mero corpo biológico cumpridor de ordens, produtivo e descartável. O que vem a seguir? Valorização mítica da inteligência artificial, manipulação das subjetividades sob nosso consentimento para a consolidação do projeto pós-humano, projeto em curso denominado *transumanismo*?

O golpe contra o corpo erógeno falante fez proliferar, então, os sintomas psicopolíticos (ansiedade, depressão, síndrome do pânico, assédio moral, suicídios, adoecimentos, *karoshi* ou mortes súbitas por excesso de trabalho, violência doméstica e urbana), pois, em geral, as pessoas não têm uma representação política do seu sofrimento psíquico. Entram em cena, e agora com toda a força, os psicofármacos. Os afetos passam a ser diagnosticados. Não se tem mais direito à tristeza. Este vocábulo caiu em desuso. Hoje a tristeza, por mais justificável que seja, chama-se depressão. Assim quer a ciência. Os psicofármacos ocuparam o lugar da palavra, como ocorre com as substâncias psicoativas e o álcool – embora encontremos nestes dois últimos uma tentativa de reorganizar o símbolo, de injetar linguagem lá onde a linguagem foi estuprada ou nem existe mais. O sofrimento humano que, se transformado em enigma e decodificado pelo sujeito no *setting* do espaço intersubjetivo, poderia aceder a sofrimento criador, paralisa-se na condição de sofrimento patogênico. Há um congelamento do *pathos* e, assim, da potência do *sujeito* em construção – embora reconheçamos, com Luciano Elia (2007, p. 7), que o sujeito não é um conceito acabado, uma vez que “o saber em psicanálise é atravessado de ponta a ponta pelo inconsciente”. No entanto, hoje é fácil aceitar que os modelos de gestão das vidas dentro das instituições adquiriram um caráter mortífero. Vistos em sua massividade, esses modelos, garantidos pelo Estado, grandes ou pequenos e cotidianos, são sempre golpes contra Eros. Não adianta as instituições insistirem em campanhas para melhorar o clima organizacional, pois as pessoas sabem da sua violenta artificialidade; e, quando elas chegam ao extremo do cinismo, alguém, de um coletivo, passa ao ato e fala por todos. Assim aconteceu: o servidor encarregado de coordenar a campanha de prevenção ao suicídio de uma determinada instituição pública brasileira, durante o Setembro Amarelo de 2023, cometeu suicídio em pleno trabalho. Não se trata de um ato de covardia, mas de um

último gesto, um alerta, uma mensagem endereçada a todos diante da palavra que se tornou indizível.

Ao golpear a palavra, conforme depreendemos dos relatos do professor Jonathan Crary, mencionado antes, é o inconsciente que as novas formas de dominação querem atingir, apesar de negarem a sua existência. Ao mesmo tempo podemos inferir que a negação da existência do inconsciente e toda a tecnologia de ponta, com o seu uso de “substâncias neuroquímicas, terapia genética e estimulação transcraniana” (CRARY, 2018, p. 11-12) visando à indução da insônia no longo prazo, é a sua própria confirmação. Na sequência já podemos nos perguntar: o que esperar, em termos de futuro, dessa lógica ao mesmo tempo mercantilista e utilitária, e de pessoas (o sujeito aqui já desapareceu) programadas cientificamente para trabalhar, consumir e matar?

O golpe de 1964, como dizia inicialmente, não é fato isolado. Hoje há toda uma literatura disponível e fontes midiáticas reconhecidamente sérias onde podemos encontrar as pesquisas do antropólogo e professor Piero Leirner e sua equipe, as quais nos esclarecem passo a passo sobre as estratégias militares nacionais e suas técnicas de dominação, articuladas às internacionais. Na mesma linha temos o já citado Jonathan Crary (2018, p. 12-13): “Gastam-se incontáveis bilhões de dólares em sistemas de mira e assassinatos robóticos e de operação remota” [...] enquanto, simultaneamente, “[...] o complexo científico-militar [e] as Forças Armadas têm financiado diversas outras áreas de investigação do cérebro,⁷ bancando inclusive o desenvolvimento de uma droga contra o medo”; mas para isso é preciso esvaziar o sujeito de sua subjetividade para nos transformar nos *homens ocos* de Eliot (2017) ou no *homem do subsolo* (personagem coletivo) de Dostoiévski (2019) – aquele que habita o porão da sua própria alma.

Atingida a palavra – este nosso valioso dispositivo dialógico – resta a obediência, o mero cumprimento de ordens, pois “não se tem mais rota de fuga” – verbaliza um participante das nossas reuniões. À capacidade de suportar viver sob tal aridez, o novo cinismo da *intelligentsia* deu o estimulante nome-fantasia de *resiliência*. Enquanto isso e desde sempre, continuo a acreditar que “este quase nada que é uma palavra pode ser uma arma de combate contra o totalitarismo” (DE MACEDO, 1988, p. 13).⁸

Os dois exemplos acima (Ato I e Ato II) não retratam o quantum de sofrimento psíquico que testemunhei ao longo de quatro décadas ou mais, nem a complexidade do seu enredo; mas acho que pude transmitir uma ideia não só do que aconteceu em decorrência do golpe civil-militar de 1964 (e que não pode se repetir, sob pena de nos desumanizarmos definitivamente), mas, também, do que, a partir dele ou devido à sua colaboração, está sendo ensaiado para acontecer. Não se trata de um delírio ficcional, mas de reconhecer que somos objeto de um experimento em relação ao qual nos induzem a aceitar a denominação de “o novo normal”. Em *A história sem fim*, aprendemos com o autor, Michel Ende (2020), que *o pior do horror é quando nos acostumamos a ele*. Os motivos que levaram, no exemplo do Brasil, ao golpe de 1964, não sumiram do mapa. Eles estão aí, espalhados pelo globo terrestre, metamorfoseando-se como um camaleão por entre sombras de silêncio.

Para finalizar, preciso dizer ainda que o vômito (Ato II) poderia ser também uma expressão de nojo (luto) pelo excesso imposto ao sujeito, excesso que o “esvazia” ou o faz “esvaziar-se”; ou a expressão de um *trabalho do luto* (*Trauerarbeit*) impossível de ser feito, luto pela sua própria morte interior. Mas não foram estas as interpretações da servidora – aliás,

⁷ Supõe-se que, para elas, na sua visão pragmática, o inconsciente esteja fisicamente localizado no cérebro como inicialmente buscava Freud.

⁸ Esse livro, de edição esgotada e publicado só em francês, reúne testemunhos de psicanalistas brasileiros, uruguaios, argentinos e franceses e debates ocorridos durante o colóquio sobre os golpes de Estado na América do Sul – colóquio organizado e coordenado pelo psicanalista citado, ocorrido em Paris, em 1983.

provavelmente nem lhe ocorreu interpretar: seria outro excesso insuportável. De qualquer maneira, não é normal, não podemos aceitar como normal nem “novo normal” que, em vez de articular palavras (que não sejam mecânicas) para expressar uma formulação intelectual e singular à qual todos temos o direito inalienável, o sujeito venha a expelir um vômito para poder continuar a produzir a sua existência.

REFERÊNCIAS

- ABELHAUSER, A; GORI, R.; SAURET, M.-J. *La folie évaluation: les nouvelles fabriques de la servitude*. Paris: Mille et une nuits, 2011.
- CRARY, J. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.
- DE MACEDO, H. O. (org.) *Le psychanalyste sous la terreur*. Vigneux: Matrice, 1988.
- DEJOURS, C. *Le choix*. Souffrir au travail n'est pas une fatalité. Paris: Bayard, 2015.
- DEJOURS, C. *Travail vivant*. Tomo I: sexualité et travail. Paris: Payot, 2009.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15, 2010.
- DOSTOIÉVSKI, F. M. *Diário do subsolo*. São Paulo: Martin Claret, 2019.
- ELIA, L. *O conceito de sujeito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- ELIOT, T. S. Os homens ocos. *Poemário*, 26 dez. 2017. Disponível em: <https://textosdepoesia.wordpress.com/2017/12/26/os-homens-occos-t-s-elliott/>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- ENDE, M. *A história sem fim*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- GORI, R. *La dignité de penser*. Paris: Les liens qui libèrent, 2011.
- KAPLAN, L. *L'excès-l'usine*. Paris: P.O.L., 1994.
- KARAM, H. M. C. *Da alcoolização ao verbo*. Ensaio de psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2010.
- KARAM, H. M. C. “O subsolo ou da precarização das subjetividades como ferramenta da precarização do trabalho”. *Revue Travailler*, Paris, n. 45, p. 95-108, 2021.
- KARAM, H. M. C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuição ao método*. Salvador: Edufba, 2023.
- PELLEGRINO, H. “Pacte œdipien et pacte social (De la grammaire du désir à l'absence de honte)”. In: DE MACEDO, H. O. (org.) *Le psychanalyste sous la terreur*. Vigneux: Matrice, 1988, p. 16-22.
- RICCEUR, P. *Histoire et vérité*. Paris: Seuil, 1955.